

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: 1005272-17.2018.8.26.0037
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer
Requerente: José Vicente da Silva
Requerido: Banco Cetelem S/A

Juiz de Direito: Dr. Rogerio Bellentani Zavarize

Vistos.

Trata-se de ação obrigacional e indenizatória, alegando que adquiriu mercadoria e que para o pagamento contratou empréstimo consignado, mas um dia após a compra desistiu do negócio e pleiteou o cancelamento da operação bancária junto ao réu. Afirma que a compra foi cancelada e que fez acordo no Procon com o requerido, no qual consta que pagaria um boleto em valor equivalente ao do empréstimo e em contrapartida seria restituído das parcelas pagas até novembro do ano de 2.017, mas declara que o boleto não lhe foi encaminhado e as parcelas continuam sendo debitadas de seu benefício previdenciário. Diz que por ser idoso e pela questão do trato com meios tecnológicos e deslocamento na tentativa de fazer valer o acordo faz jus à reparação por dano moral. Requereu a procedência para obter o cumprimento da obrigação de fazer consistente em cessar os descontos mensais em seu benefício previdenciário, bem como o envio do boleto para pagamento do valor de empréstimo, obter condenação ao ressarcimento das parcelas descontadas até a propositura da demanda e indenização por dano moral no valor de R\$20.000,00.

O relatório é dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95), passando-se à motivação e à decisão.

O julgamento da lide no estado em que se encontra é possível, porque a matéria é de direito e de fatos já comprovados, sendo desnecessária a produção de outras provas, de modo a velar pela razoável duração do processo (art. 139, II, e 355, I do Código de Processo Civil).

O autor afirma ter adquirido mercadoria no valor de R\$4.500,00 que seria paga através de contratação de empréstimo consignado com o réu, pelo qual se comprometeu ao pagamento de setenta e duas parcelas

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

de R\$130,86.

Diz que se arrependeu da compra e comunicou o estabelecimento que recolheu o produto e devolveu o pagamento, mas não consegue o cancelamento do contrato junto ao réu. Formulou reclamação perante o Procon e ficou acordado que o requerido lhe enviaria, no prazo de dez dias, um boleto com o valor do empréstimo e posteriormente ao pagamento, lhe ressarciria os valores descontados até aquela data (novembro/2017: págs. 8/9).

Declara que não recebeu o boleto e os descontos permaneceram em seu benefício previdenciário.

O que existiu foi típico arrependimento do autor, e ele foi seguido de anuência do réu, que concordou expressamente com o desfazimento do contrato e assim se comprometeu em audiência no Procon (págs. 8/9).

Em contestação, o réu novamente afirmou que se dispõe a cancelar o contrato, desde que lhe seja devolvida a quantia emprestada, descontando-se de forma simples as parcelas efetivamente debitadas do benefício (pág. 31).

Nesse sentido, não se opõe à pretensão do autor, com exceção ao pleito de indenização por dano moral, sobre o qual alega ausência quanto ao dever de indenizar, pois não comprovou abalo moral ilícito – e tem razão sobre isso.

Assim, acolhe-se a pretensão para que a ré restitua ao autor a quantia até então descontada de seu benefício previdenciário e correspondente aos meses de setembro de 2017 a abril de 2018, nos termos do cálculo apresentado pelo autor (pág. 7), mas excluindo-se o mês de agosto e sem a incidência de juros, que contarão apenas a partir da citação. Não há motivo para afastar referido termo inicial dos juros, pois ali se deu a constituição em mora (art. 240, caput do Código de Processo Civil).

Não houve desconto no benefício do autor no mês de agosto. Como evidenciam o contrato e o demonstrativo de operações, a primeira parcela foi debitada em setembro de 2017 (págs. 53 e 61).

O acordo celebrado no Procon também indica o ressarcimento dos débitos iniciados em setembro/2017 (págs. 8/9), bem como o histórico de créditos indica o início de pagamento em 01.09.2017 (pág. 11).

O requerente pagou, de setembro de 2017 até abril de 2018, o montante atualizado de R\$1.053,48. Logo, descontado tal quantia do montante emprestado ao autor (pág. 52), o réu deverá expedir boleto no valor de R\$3.476,05 para que o autor pague o valor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

Ademais, a instituição financeira, se ainda não o fez, deverá cessar com os descontos em folha de pagamento do benefício previdenciário do autor e correspondentes ao empréstimo declinado.

Para o caso de descumprimento, incidirá multa em valor ao do pagamento (R\$3.476,05) e ela compreende as duas obrigações, tanto de emitir o boleto, como de cessar os descontos.

O prazo para cumprimento da ordem é de quinze dias, oportunamente contados a partir da intimação, após o trânsito em julgado. Não há pedido de antecipação de tutela em tal sentido, e não é possível fixar outro termo inicial para o prazo.

A intimação se fará pela imprensa. Nas Disposições Gerais sobre o cumprimento da sentença, o Código de Processo Civil prevê que o devedor será intimado para cumprir a sentença pelo diário oficial, na pessoa do advogado constituído (art. 513, §2º, I), e é a regra geral. Pessoalmente, só nos casos das exceções (§2º, II e §4º).

Não é mais caso de intimação pessoal à ré, antes determinada com fundamento na Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça, editada na vigência do código anterior e agora não mais aplicável ante a norma de regência.

Nos comentários ao art. 513, moderna doutrina esclarece: “Como essa regra se aplica inclusive ao cumprimento de sentença fundado em obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa, resta superada - para as intimações que ocorrerem a partir da vigência do CPC/2015 - a orientação decorrente da Súmula 410 do STJ (...)” (Gajardoni, Fernando da Fonseca et al. Processo de conhecimento e cumprimento de sentença: comentários ao CPC de 2015. São Paulo: Método, 2016, p. 683; e mais adiante, p. 849, ao discorrer sobre o art. 537).

No mesmo sentido, ensina José Miguel Garcia Medina (Novo Código de Processo Civil Comentado. 5. ed. rev., atual. e ampl.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 852).

Portanto, a devedora terá o prazo de quinze dias, a contar de oportuna intimação oficial, para o cumprimento da sentença, pena de incidência da multa arbitrada.

A decretação da rescisão do contrato de empréstimo é antecedente lógico à concessão de tais medidas.

Os pedidos visando o término do desconto em seu benefício



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

previdenciário e a devolução do valor emprestado devem ser interpretados conjuntamente para deferimento da tutela rescisória. Afinal, sem a rescisão não há possibilidade de devolução de valores entre as partes.

Assim autoriza o Código de Processo Civil em seu art. 322, § 2º, que trouxe uma flexibilização ao princípio da correlação, permitindo uma interpretação do pedido considerando o conjunto da postulação e observância do princípio da boa fé. No código anterior, a previsão era de que a interpretação deveria ser restritiva.

Consigna-se que eventuais descontos posteriores ao mês de abril/2018 até a efetivação do cumprimento da obrigação de fazer, deverão ser objeto de outra demanda condenatória. Isso porque para contemplá-los haveria a necessidade de liquidação de sentença, mas é vedada no âmbito de Juizado Especial Cível.

Sabe-se que às demandas submetidas aos Juizados Especiais, incide vedação legal impossibilitando a prolação de sentença condenatória por quantia ilíquida (art. 38, parágrafo único, da lei 9.099/95), pois não há a possibilidade de liquidação das sentenças proferidas em sede de Juizado.

A doutrina reconhece com tranquilidade a impossibilidade da liquidação nos Juizados (Theodoro Júnior, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Vol. II, 2016, p. 638; Marinoni, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz. Novo Curso de Processo Civil, vol. 3, 2016, p. 326; Gonçalves, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil. vol. 2, 2011, p. 440; Salomão, Luis Felipe. Roteiro dos juizados especiais cíveis. 4ª ed., Forense, 2009, p. 93).

Oportuno consignar que o termo do acordo celebrado junto ao Procon é título executivo apto à satisfação da obrigação de fazer do autor, que no entanto, preferiu ingressar com ação de conhecimento pleiteando os mesmos pedidos e indenização por dano moral, o que não é vedado pelo Código de Processo Civil (art. 785).

Como está sendo acolhido o pedido de cessação dos descontos em benefício previdenciário, e a necessidade nesse ponto é incontroversa, modifica-se a decisão inicial para conceder tutela de urgência respectiva (foi a única postulada: Pág. 6, item B).

No que tange ao pedido de indenização por dano moral, razão não lhe assiste.

Os fatos expostos pelo autor, por ser idoso, ter dificuldades com tecnologia e o deslocamento para ver cumprido o acordo celebrado no



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

Procon, não são hábeis a gerar tamanha consequência.

Foi o requerente quem buscou o empréstimo consignado, e conseguiu. Pactuou por vontade própria e bem ciente dos seus termos e de modo pessoal através de assinatura na cédula de crédito bancário (págs. 61/62).

O autor que se colocou em tal situação por contratar operação de crédito sem ponderar sobre sua situação financeira. O aceite do réu quanto ao desfazimento é o único fator que lhe proporciona o cancelamento, pois não há direito ao arrependimento nesse caso.

Nada se apurou acerca de qualquer ato ilícito praticado pela ré e apto a ensejar sua responsabilização por dano moral.

Quanto ao pedido contraposto, há impeditivo procedimental.

O entendimento correto é o de admitir pedido contraposto tão só por aquela pessoa jurídica que esteja enquadrada numa das possibilidades de ser autora, nos limites do art. 8º, §1º, da Lei nº 9.099/95. Em se tratando de pessoa jurídica ré, só pode formular contraposto se estiver enquadrada nas hipóteses legais.

Em tal sentido o Enunciado nº 64 do Fórum Permanente dos Juizados Especiais de São Paulo: “Não se admite pedido contraposto daquele que não pode ser autor nos Juizados Especiais.”

Admitir o processamento tal qual requerido nestes autos afrontaria os princípios próprios do sistema, autorizando formulação de pedido de maneira imprópria. O réu, pessoa jurídica de finalidade lucrativa, estaria sendo indevidamente beneficiado com a não incidência de custas em primeiro grau de jurisdição, sem que esteja enquadrado nas hipóteses taxativamente previstas pela mesma lei especial que prevê esta hipótese de não incidência.

Logo, o pedido contraposto não é conhecido, sendo o caso de proclamar, em relação a ele, a extinção sem resolução do mérito. Como a decisão, neste ponto, não produz coisa julgada material, fica ressalvada a possibilidade de exame em sede própria, se ela formular a pretensão numa vara cível, recolhendo a taxa judiciária e demais custas devidas.

Para os fins do art. 489, §1º, IV do Código de Processo Civil, não há outros argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada e que não tenham sido considerados e valorados.

Diante do exposto, com fundamento no art. 503, §1º, I a III do Código de Processo Civil, decreto a rescisão do contrato e, por conseguinte, julgo PROCEDENTE EM PARTE a pretensão, determinando ao réu a emissão

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

de boleto com o valor de R\$3.476,05 e envio comprovado à residência do autor para pagamento, e a cessação dos descontos incidentes no benefício previdenciário e relacionados ao empréstimo declinado. As obrigações serão cumpridas no prazo de quinze dias, a partir da oportuna intimação conforme fundamentação, sob pena de multa única de R\$3.476,05. Relativamente ao pedido contraposto, decreto a extinção do processo sem resolução de mérito. Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

Modifica-se a decisão inicial para conceder tutela de urgência, determinando que o réu cesse os descontos derivados do contrato que estão vinculados ao benefício previdenciário. Prazo para cumprimento é imediato, pena de incidência de multa de R\$500,00 para cada lançamento indevido, em desacordo com essa parte da decisão.

O recurso cabível é o inominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95 e art. 4º, I e II da Lei Estadual nº 11.608/03, conforme a Lei nº 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesps (o que for maior), mais 4% da causa ou cinco Ufesps (o que for maior).

Não incide preparo, relativamente ao autor, ante a assistência judiciária concedida.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 26 de julho de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006